

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JOSIANE NAIARA FERNANDES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DOS/AS
TRABALHADORES/AS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Porto Alegre

2020

JOSIANE NAIARA FERNANDES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DOS/AS
TRABALHADORES/AS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação da Prof^a. Dr^a Loiva Mara de Oliveira Machado.

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

da Silva, Josiane Naiara Fernandes

A educação permanente como estratégia de resistência dos/as trabalhadores/as no acolhimento institucional / Josiane Naiara Fernandes da Silva. -- 2020.

61 f.

Orientadora: Prof^a Dr^a Loiva Mara de Oliveira Machado.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Educação Permanente. 2. Sistema Único de Assistência Social. 3. Acolhimento institucional. 4. Política de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social. I. de Oliveira Machado, Prof^a Dr^a Loiva Mara, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JOSIANE NAIARA FERNANDES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA
DOS/AS TRABALHADORES/AS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para aprovação no curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Loiva Mara de Oliveira Machado

Aprovado em ____ de _____ de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Loiva Mara de Oliveira Machado

Orientadora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof^a Dr^a Rosa Maria Castilhos Fernandes

1^a Examinadora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ms. Elisa de Andrade Abreu

2^a Examinadora

Assistente Social da Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS)

AGRADECIMENTOS

“Quando não souberes para onde ir, olhe para trás e saiba pelo menos de onde vens”

Provérbio Africano

Sou imensamente grata aos meus ancestrais, que enfrentaram momentos difíceis para chegarmos aqui. Que perante muita luta e sacrifícios plantaram sementes, que hoje crescidas mostram suas raízes fortes persistindo na luta contra as estruturas que insistem em nos subjugar. Aos orixás eu agradeço por toda força e sabedoria perante as dificuldades, mostrando que nunca estou só, pois sei que há sempre alguém a me proteger e me guiar.

Agradeço aos meus avós Nair, Rita e Dário que não se encontram mais nesse plano, mais que permanecem cheios de vida na eternidade que nos aguarda. Aos meus pais, Ana Cristina e Daniel Regis, agradeço por sempre permanecerem fortes me dando o apoio e impulso necessário para que eu pudesse sonhar. A minha irmã Jéssica por sempre ser um exemplo de dedicação e persistência, saiba que muito do que eu sou, foi por ver você. Aos meus irmãos Daniel e Gabriel, aos Silvas e aos Fernandes agradeço por sempre se orgulharem de cada passo dado por mim nessa caminhada. Aos meus maiores presentes Maria Eduarda, Manuella e Murilo, obrigada por alegrar cada dia cinzento e por fazer de mim e tia mais feliz do mundo, vocês são o Sol da minha vida. Aos meus amores de quatro patas, Félix e Floco, agradeço por me darem amor, carinho e me olhar sempre com ternura.

Agradeço ao meu namorado Matheus por todo apoio dado, por percorrer comigo esse Safari chamado vida, e por partilharmos as dores e felicidades do prazer de estar vivo e possuir sentimentos. Por mostrar que tudo é possível, e que se não der certo, não tem problema, pois vamos continuar tentando. Obrigada por comigo aprender o que é o amor e por diariamente nos auxiliarmos a enxergar nossas potências.

A minha amiga de anos Jéssica Aguiar, por estar presente física e mentalmente em todas as minhas aventuras, por me motivar a sempre ir mais longe e por acreditar e enxergar em mim qualidades que dificilmente eu notaria.

A família Conceição formada por mulheres fortes que sempre acolheram e que cuidaram de mim, meu obrigada por sempre serem exemplo de pessoas maravilhosas.

Agradeço a Loiva, minha orientadora por toda a paciência e ensinamentos dados durante a escrita desse trabalho. Me sinto ainda mais forte por ser orientada por uma mulher negra, doutora e professora em uma Universidade formada majoritariamente por pessoas brancas. Obrigada por alcançar lugares que há algum tempo atrás eram inimagináveis, e que hoje tornam-se cada vez mais próximos por conta de pessoas como você.

E por fim, agradeço a equipe do Núcleo de Abrigos Residenciais Leste por participar ativamente do meu processo de formação, principalmente a minha supervisora Elisa Abreu por me acolher num momento que estava tão perdida. Elisa, obrigada por comigo encontrar algo que eu pudesse me enxergar e dedicar enquanto profissional.

“A educação como prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender” (BELL HOOKS)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Serviço Social da UFRGS busca evidenciar como se expressa a constituição dos processos de Educação Permanente no Serviço de Acolhimento Institucional, vinculado a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS), no Núcleo de Abrigos Residenciais Leste (NAR Leste). O processo investigativo teve como problema de pesquisa como se constituem os processos de Educação Permanente no Serviço de Acolhimento Institucional e suas repercussões para o trabalho dos/as profissionais e como objetivo geral, analisar como se constituem os processos de Educação Permanente no Serviço de Acolhimento Institucional e suas repercussões para o trabalho dos/as profissionais, com vistas a compreender a contribuição da Educação Permanente no cotidiano de trabalho. O tema de estudo está vinculado a dois tipos de pesquisa, uma bibliográfica realizada no período de 2019/2, que tem o objetivo analisar de forma crítica, as produções realizadas na área do Serviço Social sobre Educação Permanente na Política Nacional de Assistência Social desde a criação da PNEP-SUAS, e a outra, por meio de pesquisa documental a partir das produções realizadas no projeto de intervenção de estágio curricular obrigatório de Serviço Social II e III, realizado durante o ano de 2019. Sobre os resultados da pesquisa bibliográfica apenas 0,77% do material encontrado versava sobre Educação Permanente no SUAS. Quanto a Educação Permanente mostrou-se como um instrumento, que possibilita articulação teórico-prática, que valoriza as experiências de trabalho, os saberes e resistências coletivas dos/as trabalhadores/as.

Palavras-chaves: Educação Permanente; Sistema Único de Assistência Social; Acolhimento institucional; Política de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social.

ABSTRACT

This UFRGS Social Work Course Conclusion Paper (TCC) seeks to show how the constitution of Permanent Education processes in the Institutional Reception Service is expressed, linked to the Special Protection Foundation of Rio Grande do Sul (FPERGS), at the Center Residential Shelters East (East NAR). The investigative process had as a research problem how the Permanent Education processes in the Institutional Reception Service are constituted and their repercussions for the professionals' work and as a general objective, to analyze how the Permanent Education processes in the Institutional Reception Service are constituted. and its repercussions for the work of the professionals, in order to understand the contribution of Permanent Education in the daily work. The subject of study is linked to two types of research, a bibliography carried out in the period 2019/2, which aims to critically analyze the productions carried out in the area of Social Service on Permanent Education in the National Social Assistance Policy since the creation of PNEP-SUAS, and the other, by means of documentary research based on the productions carried out in the intervention project of mandatory curricular internship of Social Service II and III, carried out during the year 2019. On the results of the bibliographic research only 0,77% of the material found was about Permanent Education at SUAS. As for Permanent Education, it proved to be an instrument, which allows theoretical-practical articulation, which values the work experiences, the knowledge and collective resistance of the workers.

Keywords: Permanent Education; Unified Social Assistance System; Institutional reception; Permanent Education Policy in the Unified Social Assistance System.

LISTA DE SIGLAS

AI – Abrigo Institucional

AR – Abrigo Residencial

CNA – Cadastro Nacional de Adoção

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CAPACITASUAS – Programa Nacional de Capacitação do SUAS

CRAS – Centros de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EP – Educação Permanente

FASE – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul

FEBEM – Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor

FPERGS – Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

NAR – Núcleo de Abrigos Residenciais

NAR LESTE – Núcleo de Abrigos Residenciais Leste

NOBRH-SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNEP-SUAS – Política de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social

SJCDH – Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	15
1.1 Processo de constituição da Política pública de Assistência Social	15
1.2 Acolhimento Institucional na Política de Assistência Social	17
2. EDUCAÇÃO PERMANENTE, DO QUE SE TRATA?	29
2.1 Abordagem sobre educação permanente no SUAS	32
3. EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NO NAR LESTE	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXO I	48
ANEXO II	50
APÊNDICE A	52
APÊNDICE B	58

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul busca evidenciar como se expressa a constituição dos processos de Educação Permanente no Serviço de Acolhimento Institucional, vinculado a Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS), no Núcleo de Abrigos Residenciais Leste (NAR Leste). Tem como eixo investigativo a criação da Política Nacional de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social (PNEP-SUAS), com foco na reflexão sobre os processos de educação permanente no serviço de acolhimento institucional, sendo este um serviço estruturado a partir das orientações contidas na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais da Política Nacional de Assistência Social.

O tema de estudo está vinculado a pesquisa (bibliográfica e documental) realizada no período entre 2019-2020. Primeiramente, foi desenvolvida uma bibliográfica realizada no período de 2019/2, que teve o objetivo analisar de forma crítica, as produções realizadas na área do Serviço Social sobre Educação Permanente na Política Nacional de Assistência Social (PNAP) desde a criação da PNEP-SUAS. A outra, foi uma pesquisa documental a partir das produções realizadas no projeto de intervenção de estágio curricular obrigatório de Serviço Social II e III, realizado durante o ano de 2019. A pesquisa bibliográfica teve como fonte as revistas *Temporalis* e *Serviço Social e Sociedade*, bem como uma busca no catálogo de teses e dissertações da CAPES, no período de 2013 (criação da PNEP-SUAS) a 2019. Como descritor foi utilizado: “educação permanente” e os marcadores “grande área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas”; “Área de conhecimento: Serviço Social e Serviço Social Aplicado”; e “Área de avaliação: Serviço Social”. Quanto a pesquisa documental, foram resgatados os registros das oficinas realizadas no Projeto de Educação Permanente do NAR Leste, assim como, os relatórios apresentados durante o semestre na supervisão de estágio.

Nesse percurso destaca-se que desde a análise dialético crítica do espaço sócio-ocupacional percebeu-se a necessidade da realização de debates e reflexões sobre a educação permanente no cotidiano de trabalho, bem como, a ruptura de práticas com viés “menorista”, ou seja, que

caracterizam a criança ou adolescente como incapaz, através de uma concepção totalmente penal e com um tratamento pautado pela repressão e discriminação. Diante desses acúmulos notou-se na Educação Permanente, uma oportunidade de compreender, refletir e analisar sobre as práticas cotidianas, a partir de temas relevantes para os/as trabalhadores/as, contribuindo para o fortalecimento da organização coletiva dos/as trabalhadores/as e para a qualidade dos serviços prestados junto à população.

No que se refere a metodologia de desenvolvimento do presente TCC é importante considerar que a metodologia é o caminho utilizado para a realização de um estudo científico. É ela que define como o/a pesquisador/a irá pesquisar, ou seja, de que forma ele/a chegará às respostas do seu objeto de pesquisa e quais instrumentos irá utilizar. Minayo define que “a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)” (MINAYO, 2001, p. 14). Portanto, a metodologia possui papel central para a realização de uma pesquisa, uma vez que a mesma orienta o modo como ocorrerá o estudo. A partir da construção da pesquisa, deve-se definir qual tipo de abordagem (método) e quais instrumentos (técnicas) irão fazer parte da metodologia.

Quanto ao método empregado na construção da pesquisa destaca-se o método dialético crítico, com fundamento em Marx. Conforme Prates, “Marx apropria-se das categorias que emanam da realidade e volta a ela utilizando-as para explicar o movimento de constituição dos fenômenos, a partir de sucessivas aproximações” (PRATES, 2012, p. 01). Assim, o processo de pesquisa:

[...] tem o método dialético como a lente orientadora de todo o processo de investigação e de análise realizado. Escolheu-se o método dialético por levar o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o ‘devir’; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolve o objeto de estudo (LIMA, MIOTO, 2007, p.39).

Portanto, além da relevância da obra marxiana para a categoria, entende-se que mais do que permitir compreender a realidade, o método dialético crítico, possui elementos que auxiliam na realização de intervenções.

Para a pesquisa definiu-se como técnica de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental e para análise a técnica de análise de conteúdo. Essa técnica foi utilizada com referencial de Bardin, pois para a autora a “análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações” (BARDIN, 1977, p. 31).

Quanto o desenvolvimento dessa técnica, considerando a metodologia orientada pela autora, primeiramente foi realizada a organização do material e uma pré-análise, construção de tabelas para melhor visualizar os dados quantitativos. Em seguida se desenvolveu a leitura flutuante destacando pontos semelhantes das respostas. Posteriormente, a categorização desses achados e, por fim, os resultados foram obtidos por meio da inferência e interpretação relacionando os mesmos com os objetivos do estudo, contribuindo para evidenciar possíveis descobertas do processo de pesquisa.

Assim, o processo investigativo teve como problema de pesquisa a seguinte questão: como se constituem os processos de Educação Permanente no Serviço de Acolhimento Institucional e suas repercussões para o trabalho dos/as profissionais? Como questões de pesquisa indaga-se sobre: 1) Quais as produções existentes sobre Educação Permanente na Política de Assistência Social? 2) Como se constituem os processos de educação permanente no âmbito do acolhimento institucional? 3) Como os processos de alienação do trabalho repercutem nas ações de educação permanente; 4) Quais as repercussões dos processos de educação permanente para o Serviço de Acolhimento Institucional e para o trabalho dos/as profissionais?

O objetivo geral visa analisar como se constituem os processos de Educação Permanente no Serviço de Acolhimento Institucional e suas repercussões para o trabalho dos/as profissionais, com vistas a compreender a contribuição da Educação Permanente no cotidiano de trabalho. E, os objetivos específicos buscam: 1. Identificar as produções existentes na área do Serviço Social sobre educação permanente na Política de Assistência Social. 2. Conhecer como se constituem os processos de Educação Permanente no Serviço de Acolhimento Institucional. 3. Problematizar como os processos de alienação do trabalho repercutem na constituição de ações de Educação Permanente 4. Verificar as repercussões dos processos de educação

permanente para o Serviço de Acolhimento Institucional e trabalho dos/as profissionais da área.

1. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

1.1 Processo de constituição da Política pública de Assistência Social

Na Constituição Federal de 1988, a Assistência Social é pautada como uma política pública sendo ela direito do cidadão e dever do Estado, ao lado da Previdência Social e da Saúde, formando o Tripé da Seguridade Social. Porém somente em 1993 diante de muita mobilização e lutas da sociedade civil organizada, foi sancionada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que foi criada para regulamentar o que foi posto na Constituição Federal a respeito da Assistência Social, desta forma, estabelecendo normas e critérios para sua organização.

Em 2003 durante a IV Conferência Nacional de Assistência Social é deliberada a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a fim de efetivar os pressupostos presentes na LOAS. O SUAS é um modelo de gestão da política de assistência, que visa organizar de forma descentralizada os serviços socioassistenciais no país. O sistema é dividido entre: (a) proteção social básica, que tem por objetivo realizar ações focadas no atendimento de necessidades básicas, promovendo melhoria na qualidade de vida da população através da prevenção de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos, ofertada por intermédio, por exemplo, dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e (b) proteção social especial, de média complexidade que visa o atendimento às famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas que ainda não tiveram seus vínculos familiares e comunitários rompidos, e de alta complexidade com o objetivo atender famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados e encontram-se em situação de risco, além de possuir vínculos familiares rompidos, ofertada pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), que também é responsável por coordenar, fortalecer e realizar a articulação entre os serviços da Assistência Social, bem como, das demais políticas públicas.

No ano seguinte, em 2004, é criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que visa a “garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender à universalização dos direitos sociais” (PNAS, 2004, p. 31). A PNAS tem como objetivo:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural. Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p. 33).

Em 2009 através da Resolução nº 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é regulamentada a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, que descreve os serviços oferecidos pelo SUAS, dividido em níveis de complexidade.

A Tipificação foi um marco histórico para a PNAS, uma vez que define qual o público, abrangência, bem como os resultados esperados, além de padronizar os serviços ofertados pela política de assistência social em todo o território nacional. Os serviços presentes na Tipificação são divididos em dois níveis, a proteção social básica e proteção social especial, sendo essa última subdividida em média e alta complexidade. O serviço de alta complexidade busca trabalhar com os indivíduos que tiveram seus vínculos familiares rompidos e/ou extremamente fragilizados, ou seja, que tiveram seus direitos ameaçados ou violados. Sendo assim, o serviço de Acolhimento Institucional faz parte da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, uma vez que, oferece segurança, moradia, acessibilidade e a tentativa de reparação dos vínculos familiares e comunitários que foram rompidos, como também, a garantia de proteção integral dos indivíduos.

Em 2012 é criado o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS) que surge como estratégia de apoio aos Estados no aprimoramento da gestão e qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais ofertados a população. E, por último, temos a criação da Política Nacional de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social (PNEP-SUAS) em 2013 que estabelece os princípios e diretrizes para a

instituição da perspectiva político-pedagógica, fundada na educação permanente na Assistência Social.

A Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS) é uma instituição pública de direito privado, ou seja, tem caráter de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, porém é administrada exclusivamente pelo poder público. Portanto, é instituída por um ente estatal, com a finalidade prevista em Lei nº 11.800/02, que no caso refere-se à prestação de serviços públicos. Sendo assim, é responsável pela execução de medidas de proteção às crianças e adolescentes vítimas de abandono, violência física ou psicológica, maus-tratos e/ou negligência. Sua criação em 28 de maio de 2002 foi consequência das inadequações da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM) frente ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº8.069/90.

1.2 Acolhimento Institucional na Política de Assistência Social

Em consonância com as mudanças legais faz-se necessária a análise de toda a historicidade do acolhimento institucional no Brasil, à luz das categorias do método dialético-crítico de Marx, para que se possa compreender os avanços e retrocessos que tivemos ao longo das décadas em relação aos direitos de crianças e adolescente em acolhimento.

A historicidade está sempre em curso, desenvolvimento, em um processo contínuo juntamente com as contradições presentes em nossa sociedade. Esta categoria tem papel fundamental para o entendimento da realidade que vivemos e os elementos que a constituí, tendo em vista o trabalho do Assistente Social, ela tem suma importância, pois permite que o profissional conheça as especificidades da realidade na qual irá intervir.

O conceito de criança e adolescente com o qual trabalhamos atualmente nem sempre foi reconhecido pela sociedade. Estes foram ganhando visibilidade através de leis e políticas públicas, que ao longo dos anos reconheceram às crianças e adolescentes como pessoas que requerem cuidado especial por estarem em pleno desenvolvimento.

No Brasil historicamente a política de atendimento à infância e ao adolescente em situação de abandono vem sofrendo diversas transformações. A implantação da política de atendimento mudou gradualmente passando do domínio da igreja para entidades filantrópicas até se tornar responsabilidade do estado (RIZZINI, 2007, apud SANTOS, 2013, p.02).

Importada da Europa, a Roda dos Expostos, foi trazida ao Brasil no período da Colônia, e era administrada pela Igreja Católica juntamente com hospitais e sucessivamente incorporada por instituições filantrópicas, onde as Santas Casas de Misericórdia eram referência. Sendo um artefato de madeira acoplado a uma parede ou janela, a Roda dos Expostos permitia que qualquer pessoa colocasse uma criança dentro e girasse, para que do outro lado, que seria dentro de uma instituição, alguém recebesse a criança, não havendo a necessidade de identificar quem lhe abandonou. Posteriormente os bebês abandonados eram cuidados por amas-de-leite, e aos sete anos, eram encaminhados a Casa dos Expostos para serem inseridos em casas de famílias.

No Rio Grande do Sul, a Roda dos Expostos chegou em 1837, através da Lei Provincial nº 9, em 22 de novembro na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e em 1843 a Santa Casa de Misericórdia da cidade de Rio Grande começou a prestar o serviço também. Infelizmente não foram localizados dados de quantas crianças foram “enjeitadas” ou “expostas” durante o funcionamento da Roda dos Expostos, o que se sabe é que havia uma grande taxa de mortalidade entre as crianças abandonadas (TRINDADE, 1999). A Roda dos Expostos perdurou por mais de um século, visto que na época as instituições supracitadas eram as únicas que acolhiam crianças e adolescentes abandonados.

Durante o século XIX, o Estado, com o intuito de higienizar a sociedade, afastou as crianças de suas famílias, e levou as mesmas para internatos, onde acreditavam que estariam longe da precariedade, assim evitando mortes prematuras. Com isso, em 1927, o juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, com o subsídio teórico de pedagogos, juristas, higienistas e parlamentares, elaborou o Código de Menores, que tinha por objetivo central

elucidar as tratativas de proteção e assistência de crianças e adolescentes, ainda mais no que se referiam aos “menores abandonados”. Segundo Rizzini & Rizzini (2004), esses menores abandonados eram todas as crianças e adolescentes que eram órfãos ou que a família não possuía capacidade de oferecer condições dignas de vida.

Considerado o contexto Nacional sobre a história do acolhimento institucional, chegamos ao Rio Grande do Sul, onde no ano de 1969, por meio da Lei nº 5.747 de 17 de Janeiro, foi criada Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor (FEBEM). A FEBEM, mesclava em uma única instituição crianças e adolescentes que sofreram diversas violações de direitos, como abuso sexual, abandono e maus tratos, e jovens autores de atos infracionais. A Lei que regulava a instituição era o Código de Menores, citado anteriormente, porém o mesmo possuía práticas desumanas, controladoras e discriminatórias, com um viés de segregação, e quebra de vínculos familiares e comunitários. Por exemplo, o Código de Menores associava pobreza com delinquência, sem a devida contextualização sobre a realidade vivenciada por esse público.

Em 1979 um novo Código de Menores começou a vigorar em pleno regime militar, provando ser, assim como o governo da época rigoroso e autoritário, colocando mais uma vez crianças e adolescentes como objetos de tutela e intervenção do Estado, ou seja, reféns dos aparelhos repressivos existentes, por serem “menores inadaptados” às normas e padrões que a sociedade pregava. Percebe-se que no período supracitado o paradigma legislativo presente era a chamada Doutrina da Situação Irregular, que não tratava as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Apresentava um caráter “menorista”, uma vez que, só possuíam direito a proteção aqueles que se enquadravam nas hipóteses previstas em lei, como “abandonado”, “delinquente”, que não possuíssem habitação nem meio de subsistência, entre outros casos. Nota-se que o modelo de situação irregular prevê a criminalização da pobreza, uma vez que, afirmava a internação de crianças e adolescentes que viviam com a escassez de recursos econômicos, desta forma, a medida de acolhimento era voltada tão somente àqueles que eram carentes de recursos ou que praticassem algum ato infracional, ou seja, internava-se porque era pobre ou porque praticava algum ato ilegal.

Somente onze anos depois em 1990, contrapondo o Código de Menores, é implementado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, diferentemente do Código de Menores emerge numa concepção de direitos para as crianças e adolescentes, colocando a qualidade de vida, bem-estar e o pleno desenvolvimento dessa população em foco, conforme posto nos Artigos 7 e 15 do ECA. Com isso foram realizadas mudanças significativas no que se refere ao acolhimento dessa população, conforme Rizzini & Rizzini:

Foram instituídas mudanças na lei em relação à questão da internação, dependendo da natureza da medida aplicada: o abrigo, como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças em situações consideradas de risco pessoal e social; e a internação de adolescentes em instituições, como uma medida socioeducativa de privação de liberdade (RIZZINI & RIZZINI, 2004, p.48).

Com o advento do ECA percebe-se uma grande ruptura de paradigmas, uma vez que, as crianças e adolescentes passam a ser reconhecidas como pessoas em pleno desenvolvimento e que necessitam de cuidado, sendo dever do Estado, da família e comunidade prover sua proteção, como assegurado pelo Artigo 4, do ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Portanto, o caráter “menorista” presente na legislação anterior com a Doutrina da Situação Irregular é alterada pela Doutrina da Proteção Integral. Ao se introduzir esta doutrina junto ao ordenamento jurídico brasileiro, firmou-se o dever da família, sociedade e do Estado em garantir o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, protegendo-os ainda de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração e violência.

A partir da criação do ECA, como citado anteriormente, a FEBEM acabou por ser extinta em 1999, visto que, as práticas aplicadas na instituição não eram compatíveis com o previsto na Lei nº 8.069/90. Com isso, foi

necessária a realização de um reordenamento jurídico e institucional para que fosse possível atender os requisitos exigidos pelo ECA. Assim, em maio de 2002, através do decreto nº 41.651 e da Lei nº 11.800, o acolhimento institucional, no âmbito do Estado, destinado à execução de medidas protetivas de crianças e adolescentes em risco pessoal e social, passou a ser atendida pela Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS). Portanto, a FPERGS é uma instituição pública de direito privado, vinculada à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), assim como a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE), sendo está destinada a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade à adolescentes em conflito com a lei.

A Fundação de Proteção Especial do RS possui sede administrativa localizada na Rua Miguel Teixeira, número 86, no bairro Cidade Baixa na capital, e dispõe de seis Núcleos de Abrigos Residenciais (NAR) que estão presentes em diferentes localidades de Porto Alegre, sendo eles: o NAR Leste, Menino Deus, Belém Novo, Ipanema, Zona Norte e Luiz Fatini, e um Abrigo Institucional (AI) chamado Cônego Paulo de Nadal. Até o primeiro semestre de 2019 eram vinte e nove casas que compõem os NAR's e AI's.

A instituição ainda possui um Centro Social situado em Taquari, que visa atender crianças e adolescentes no contra turno escolar, mesmo não sendo esta a finalidade da instituição. Esse programa educativo em meio aberto é desenvolvido como um trabalho preventivo e garante que as crianças e jovens atendidos possuam um espaço de aprendizagem, inclusão social e oficinas de iniciação ao trabalho fora da escola. Até o final do segundo semestre de 2019 haviam 358 acolhidos/as sob a proteção da instituição conforme o levantamento realizado pelo Núcleo de Monitoramento, Avaliação e Pesquisa, que estão distribuídos entres os seis NAR's e os dois AI, e cerca de 150 crianças e adolescentes que são atendidas pelo Centro Social em Taquari. Abordando de forma ampla sobre o que é a FPERGS, será exposto aqui o organograma (ANEXO I – Resolução nº 008/2002: Organograma Institucional) e missão.

A Fundação tem por missão garantir e executar a medida de proteção de acolhimento institucional, no âmbito do Estado do

Rio Grande do Sul, em caráter complementar aos municípios. Em específico, realiza o acolhimento de forma não seletiva, de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Oferece cuidado e proteção em espaço de desenvolvimento para crianças e adolescentes afastados dos cuidados familiares - de forma excepcional e provisória - em razão de situação de vulnerabilidade e riscos sociais: abandono, abusos, maus tratos, negligência e/ou violências. (FPERGS, 2019, on-line)

A partir das questões elucidadas e da realidade enfrentada no dia a dia da instituição, percebe-se que muitas vezes o acolhimento não é uma medida transitória como referido na missão e visão da instituição, uma vez que, diversas crianças e adolescentes passam grande parte de suas vidas em acolhimento, pois, existem muitos casos que permanecem até alcançarem a maioria, por não possuírem perfil no qual os adotantes almejam.

Destaca-se também a existência de um grande entrave, que é a morosidade do processo de destituição familiar, como também a falta de trabalho para a manutenção dos vínculos familiares e comunitários. Ou seja, por mais que existam mais habilitados para adotar do que crianças e adolescentes para adoção, o processo de adoção no Brasil ainda é lento. Estima-se que o processo que vai desde a habilitação até o julgamento da sentença de adoção leva cerca de 2 anos e 3 meses na região sudeste no Brasil, conforme dados da pesquisa feita pelo site Adoção Brasil. Sobre a região sul do Brasil não foram localizados dados referentes ao tempo médio de duração do processo de adoção, entretanto, conforme relatórios do Cadastro Nacional de Adoção (CNA), a região sul possui 1.299 crianças e adolescente aptas a serem adotadas, sendo que destes 615 são do Rio Grande do Sul. Quanto ao número de pretendentes, ou seja, pessoas habilitadas para adotar, só na região sul existem 12.341 habilitados, no Rio Grande do Sul são 5.867 pessoas, isto é, existem muito mais pessoas aptas para adotar do que crianças e adolescentes para serem adotados, e muitas vezes os processos demoram por não existirem crianças no perfil desejado pelos habilitados, que são crianças de 0 a 3 anos de idade. Tendo em vista esse expressivo número de pretendentes para adoção de crianças em idades iniciais, por vezes, fazem com que os processos de adoção ocorram com mais celeridade. Entretanto, existem processos em que crianças têm seus direitos violados ao não ser

oportunizado plenamente o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários como destacado pelo ECA, ou seja, não é priorizado o trabalho com as famílias.

Outro ponto importante de ser destacado é que a instituição também acolhe adultos, porém é pouco mencionada sobre a existência dos mesmos. Quanto ao trabalho com essa população, cada Núcleo possui autonomia para se organizar, uma vez que, o público difere bastante entre os núcleos, por existirem alguns que possuem mais autonomia, o que é o caso dos adultos do NAR Leste, e outros que possuem questões psicológicas mais agravadas. Salienta-se que esses adultos permanecem acolhidos por possuírem deficiências intelectuais e físicas, e doenças mentais, o que impossibilitou que fossem adotados quando mais jovens, alguns estão acolhidos desde a época da FEBEM, ressalta-se que não existe política pública destinada a essa população atualmente, portanto, por não existir outro espaço para acolher estas pessoas, os mesmos permanecem acolhidos na FPERGS, mesmo não sendo essa a finalidade da Fundação. E o mais aterrorizante em meio a isso tudo, é que até maio de 2019 a população adulta na instituição representava 55% dos acolhidos. Existem NAR's que possuem casas destinadas a esse público, que é o caso do AR 26 no NAR Leste, que possui 16 acolhidos (2019/1).

Um ponto importante mencionado no ECA é que além dos direitos fundamentais como saúde e educação, é assegurado à criança e ao adolescente o direito ao convívio familiar e comunitário, como aponta o Art. 4º, mencionado anteriormente. É assegurado também o direito a adaptação e aproximação a família adotante, conforme disposto no Art. 46 do ECA, onde refere que: "A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso". Anterior ao ECA isto não acontecia, visto que, ao perceber que a família não tinha condições, apenas ocorria a destituição familiar, sem dar chances da mesma se reorganizar para proporcionar condições necessárias de vida para essas crianças e adolescentes. Porém para tratar da adoção, foi elaborada uma legislação específica, a "Lei da Adoção" nº 13.509/2017 que dispõe sobre

adoção, alterando o ECA. Essa foi elaborada no intuito de desburocratizar o processo de adoção, de crianças e/ou adolescentes, tentando tornar o processo mais acelerado.

Um dos primeiros pontos criticados na lei é a exigência de que o acolhido tenha “sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses”, embora seja de suma importância a realização de reavaliação, o prazo colocado representa grande sobrecarga nas atividades desenvolvidas pelas equipes técnicas, uma vez que, sabe-se que os Serviços de Acolhimento enfrentam muitas vezes um número reduzido de profissionais, em vista, dos constantes cortes orçamentários realizados na Política de Assistência Social. Ressalta-se também que o comprometimento da equipe por estar fazendo tais reavaliações acabam afetando a eficácia da realização de outros trabalhos, como visitas domiciliares, ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, articulação com a rede, entre outros, os quais interferem diretamente na vida do/a acolhido/a, e que embasam a tomada de decisão da autoridade judiciária que irá avaliar o caso.

A Lei prevê também a redução do período de acolhimento, que cai de dois anos para 18 meses. Essa alteração, assim como outras da referida Lei busca não apenas reduzir o tempo de acolhimento, mas também acelerar o processo de colocação em família substituta, dando prioridade à adoção, desta forma, quebrando totalmente os vínculos afetivos já existentes na vida da criança/adolescente para com a família e comunidade. O art. 158 da Lei nº13.509 prevê:

§3º - Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, informar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho do dia útil em que voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar, nos termos do art. 252 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).
§4º - Na hipótese de os genitores encontrarem-se em local incerto ou não sabido, serão citados por edital no prazo de 10 (dez) dias, em publicação única, dispensado o envio de ofícios para a localização.

É inegável que a nova Lei procura dar celeridade aos processos de colocação dos/as acolhidos/as em famílias substitutas, e para isso busca romper com um dos pilares mais importantes do direito à infância, que é a prevalência dos vínculos familiares, quando decide não esgotar os meios de localização do réu da ação. Ressalta-se também, que na maioria das vezes o público-alvo dessas ações são famílias pobres e que enfrentam as mais diversas expressões da questão social, não sendo capazes de propiciar às suas proles melhores condições de vida. Conforme define Teles:

[...] a questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação. TELES, (1996, p. 85)

Portanto, a questão social expressa a contradição presente no modo de produção do sistema capitalista, onde os trabalhadores são responsáveis pela produção da riqueza, porém são os capitalistas que se apropriam dela. E as consequências dessa apropriação desigual são as mais diversas, ampliando as desigualdades sociais por meio da miséria, violência, mendicância, desemprego e/ou empregos precarizados, entre outros.

Lamentavelmente, nota-se que o Sistema Judiciário nem sempre busca identificar a essência da realidade familiar, o que leva os magistrados optarem pelo caminho que para eles aparentam ser melhor, ou seja, a separação da criança dos pais biológicos e/ou família extensa, para colocação em família substituta.

Desde o período da colônia até os dias atuais, muita coisa mudou para esse segmento populacional, ainda mais no que se refere aos serviços prestados a eles. Portanto, após a aproximação com a temática se identifica a importância do assunto, como também da presença do Serviço Social para a garantia dos direitos dos/as acolhidos/as, como também da família e comunidade. E como foi destacado ao longo do texto, salienta-se a importância do treinamento e criação de diretrizes para o trabalho dos/as profissionais desse serviço, uma vez que, é necessário que estes/as compreendam a

relevância do serviço prestado. Por isso, a educação permanente se constitui como processo fundamental à qualificação do serviço.

Destaca-se também que devemos permanecer atentos, ainda mais nos próximos períodos, que acenam retrocessos quanto a efetivação de direitos a exemplo da reforma trabalhista que mais favorece à lógica de acumulação do capital do que aos trabalhadores. Também a diminuição no investimento em áreas que são essenciais, como é o caso da política de saúde, educação, trabalho e assistência social.

No Governo do Estado de Sartori (2015), a FPERGS além de ser ameaçada de extinção como medida de corte de gastos, sofreu com o fechamento de diversos AR's. Ao todo 4 casas da FPERGS foram fechadas, o que acarretou na união do NAR Oeste e Intercap, formando o atual NAR Leste, desta forma, dos 9 AR's que os dois NAR's possuíam, restaram apenas 5. De 2015 para cá, o orçamento da FPERGS reduziu 14% (SPERB, 2015, on-line). Assim, além da realidade totalmente nefasta, na qual lhe resultou o acolhimento, essas crianças e adolescentes ainda sofrem com a redução de gastos no orçamento, e conseqüentemente com a redução de profissionais para atender suas demandas e do processo de realocações em vista do fechamento de AR's.

Frente a essa realidade, compreende-se Educação Permanente como um processo que contribui para a ressignificação de práticas instituídas, contribuindo para que os/as trabalhadores/as possam refletir sobre os processos de trabalho desenvolvidos enquanto equipe, isto é, um instrumento de aprendizagem e construção coletiva dos/as trabalhadores/as.

Portanto, entendendo a educação permanente como a educação no e para o trabalho, torna-se necessária também a compreensão da categoria trabalho, que é outro conceito central no bojo da discussão, e que aqui é abordada a partir da teoria social de Marx. Tendo como ponto de partida o trabalho como pressuposto da existência humana.

O conceito de trabalho precisa ser compreendido a partir das suas duas dimensões indissociáveis que o concretizam: ontologia, enquanto fundante do ser social, e história, como ele se materializa no modo de produção da vida. O homem nasce enquanto parte da natureza, mas são suas relações sociais que

vão transformando em ser humano. O ato de trabalhar, de produzir sua própria existência constitui-se na mediação que possibilita à humanidade diferenciar-se do restante dos animais. Suas ações pensantes, para além do instinto transformando a natureza em benefício próprio e passando de geração para geração o conhecimento acumulado (MENEGHEL; FONSECA, 2017. p. 150).

Marx retrata que o homem é o único ser que possui a capacidade de modificar os ambientes de acordo com ideias projetadas (ALBORNOZ, 1994). Assim, ao conceber um projeto, podemos executá-lo e posteriormente ter o resultado deste que será a modificação da natureza, em um processo dialético, ou seja, o trabalho para Marx é a exteriorização do ser. Entretanto, ao mesmo passo que o trabalho dignifica o sujeito, tornando-o capaz de criar, modificar e trazer avanços à humanidade, de forma contraditória o trabalho também é capaz de alienar e explorar.

Quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela frequentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se por um lado necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social (ANTUNES, 2005, p. 14).

Pensando no conceito de alienação para além das relações de trabalho/produção, os processos de alienação tornam os sujeitos alheios às mudanças societárias, às repercussões no trabalho e reprodução das relações sociais. Os processos de alienação tornam as pessoas acríticas, limitadas as lentes imposta pelo senso comum e/ou religioso e acabam ficando à margem dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais. E assim, não compreendendo o mundo que o cerca, o sujeito não consegue atuar plenamente sobre ele, tornando-se refém do pensamento conservador que em sua maioria é repleto de preconceitos, discriminação e juízo de valor.

Outra categoria central presente neste estudo é o cotidiano. Enxergando-o expressão da realidade concreta com suas contradições no qual se desenrola a vida de todo ser, é nele que aprendemos os hábitos, costumes e valores, ou seja, é no cotidiano em que ocorre a socialização humana. Heller

(1985) aponta como características centrais da vida cotidiana a momentaneidade dos efeitos, a natureza efêmera das motivações, a fixação repetitiva do ritmo e a rigidez dos modos de vida. Assim essa relação entre sujeito e sociedade é marcada pela heterogeneidade, imediatividade e pelo caráter acrítico de reprodução de valores e normas. É no cotidiano também que percebemos os processos de alienação.

Na cotidianidade, a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos de valor baseados em juízos provisórios, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual. Ao repetir comportamentos orientados por estereótipos e preconceitos, o indivíduo se empobrece moralmente, abrindo caminho para o moralismo e para a adesão acrítica ao ethos dominante. (BARROCO, 2009, p. 09).

Sendo assim, é no cotidiano de trabalho que percebemos as potencialidades, fragilidades, bem como, a necessidade de capacitação e qualificação profissional. Desta forma, articulando os conceitos abordados na realidade do NAR Leste, e as configurações presentes na instituição Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS) como um todo, percebemos o quão necessária é a qualificação dos/as trabalhadores/as, para que seja possível uma melhor compreensão da conjuntura vivenciada pelas crianças, adolescentes e adultos acolhidos, evitando assim a presença de um pensamento com viés “menorista”, que como pautado anteriormente, se fez presente no passado da instituição, como também, a compreensão das políticas, leis e normativas que orientam o funcionamento do serviço, para que seja possível a realização de atendimentos qualificados e que promovam a garantia dos direitos dos/as usuários/as.

Desta forma, percebe-se a educação permanente como um processo crucial na construção de novos saberes, buscando diminuir os processos de alienação presentes no cotidiano de trabalho. Portanto, vemos a EP como forma de resistência, buscando através do debate, reflexão e aprendizagem ultrapassar essas barreiras de preconceitos, discriminação e a precarização do trabalho, visando qualificar o atendimento ofertado.

2. EDUCAÇÃO PERMANENTE, DO QUE SE TRATA?

Para se compreender a relevância do objeto de estudo, primeiramente devemos conceituar sua categoria central. Conforme definição de Fernandes (2007, p.208) a Educação Permanente (EP) “pressupõe a aprendizagem no próprio local de trabalho, a troca de saberes, o trabalho coletivo, o respeito pelas diferenças e a efetivação de mudanças”, ou seja, compreende-se Educação Permanente como um processo que promove a mudança institucional através da construção e/ou reconstrução dos saberes teórico-prático.

[...] Educação permanente pressupõe a transformação dos espaços sócio-ocupacionais em locais de desenvolvimento através da interlocução de saberes, onde o processo de trabalho possa ser objeto de análise e de problematização. Ainda, deve-se considerar que é o processo de trabalho que pode indicar quais saberes são necessários para qualificação dos atendimentos e serviços prestados aos usuários de nossos serviços (FERNANDES 2007, p.213).

Trata-se, portanto, de um instrumento, que possibilita articulação teórico-prática, que valoriza as experiências de trabalho, os saberes e resistências coletivas dos/as trabalhadores/as, isso por que:

É através do ângulo da educação no trabalho que se pretende descortinar as possibilidades existentes para poder contribuir com o desenvolvimento de competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas, tão necessárias para o exercício da profissão na contemporaneidade (FERNANDES, 2007. p. 208).

Ponto importante a ser destacado é que Educação Permanente e Educação Continuada não são sinônimos. Destaca-se a diferença entre esses conceitos, visto que, recorrentemente são abordados como “iguais” sendo que cada conceito traz uma perspectiva de educação diferente. Como já expresso

anteriormente, com referência em Fernandes (2007) a Educação Permanente refere-se ao processo de aprendizagem teórico-prático baseado nas vivências do ambiente de trabalho, tratando as especificidades encontradas no local, e que conta com a participação de gestores, conselheiros, trabalhadores e usuários, podendo ocorrer em reuniões, estudos de caso, encontros, capacitações, supervisões técnicas, todo e qualquer espaço que proporcione o diálogo e reflexão sobre tarefas desenvolvidas dentro do ambiente de trabalho. Já a Educação Continuada ocorre através de processos escolarizados que dão continuidade a formação inicial, ou seja, é um aprimoramento, uma especialização profissional, e que de modo geral não consegue abordar de forma plena as situações presentes no cotidiano de trabalho, nem mesmo promover a mudança de processos já instituídos (FERNANDES, 2016, p. 56). Ou seja, uma não sobrepõe a outra, pois apesar de possuírem princípios metodológicos distintos, ambas se caracterizam pela continuidade das ações educativas, que quando praticadas, promovem o desenvolvimento de habilidades que qualificam os processos de trabalho.

A relevância dada à discussão da educação permanente não se sobrepõe e nem inviabiliza a educação continuada, mas tem-se como desafio a primeira, pois permite considerar os problemas da organização do trabalho, a especificidade de cada realidade local e as características do processo de trabalho concreto do espaço sócio ocupacional ou do serviço em questão (FERNANDES, 2007, p. 215).

Salienta-se que a Educação Permanente teve início na Política de Saúde Brasileira em 2004, com a publicação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, que assim como sua sucessora a Política de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social aponta para a reflexão crítica sobre os processos de trabalho, valorizando o mesmo como fonte de conhecimento, buscando sempre a criação de espaços de avaliação e reflexão, colocando o cotidiano de trabalho em análise.

Conforme mencionado anteriormente a Política Nacional de Assistência Social instituiu o Sistema Único de Assistência Social como um novo modelo de Gestão da Assistência Social, que aborda a gestão do trabalho e a educação permanente como objetivos centrais do trabalho. Dessa forma,

demarcando a importância de ter trabalhadores comprometidos em romper o pensamento assistencialista, preconceituosos e clientelista ligados ao passado da Assistência Social, alicerçando suas ações em valores éticos, políticos e profissionais ligados aos pressupostos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, no que diz respeito aos direitos de cada cidadão.

Outro marco importante é a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOBRH-SUAS) de 2005, que foi revogada e substituída em 2012. Dessa forma, a Assistência Social ganha a configuração institucional descentralizada e participativa, com a rede socioassistencial composta por diferentes instituições, responsáveis por serviços, benefícios, programas e projetos que visam garantir a proteção social e atendimento de demandas e necessidades da população. Em 2012 é criado o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS) que vem como estratégia de apoio aos Estados no aprimoramento da gestão e qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais ofertados a população. E por último temos a criação da Política Nacional de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social (PNEP-SUAS) em 2013 que estabelece os princípios e diretrizes para a instituição da perspectiva político-pedagógica, fundada na educação permanente na Assistência Social.

Desta maneira, a PNEP do SUAS, constitui-se visando responder às demandas por qualificação dos serviços socioassistenciais, da gestão e do controle do SUAS, de modo a se conceber e fazer a formação de pessoas para e pelo trabalho, visando à emancipação dos trabalhadores nos diferentes espaços de execução do SUAS (FORTUNATO, 2018, p. 47).

Assim, a PNEP-SUAS destaca através da perspectiva da Educação Permanente a necessidade de qualificação e aperfeiçoamento do trabalho. Trazendo em suas características as dimensões político-pedagógicas e ética, essenciais para a gestão e execução dos serviços do SUAS. Desta forma, a PNEP-SUAS está estruturada com princípios e objetivos baseados no aprimoramento da Política de Assistência Social e na qualificação dos serviços prestados aos usuários. Portanto a PNEP-SUAS tem como objetivo geral:

Institucionalizar, no âmbito do SUAS, a perspectiva político-pedagógica e a cultura da Educação Permanente, estabelecendo suas diretrizes e princípios e definindo os meios, mecanismos, instrumentos e arranjos institucionais necessários à sua operacionalização e efetivação (BRASIL, 2013, p. 27).

A partir disto, percebe-se que a PNEP-SUAS faz apontamentos relevantes no que acerca do trabalho no SUAS, o compreendendo como uma tarefa essencial para a efetivação dos direitos socioassistenciais, o controle social que pauta a participação democrática visando acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão e execução dos serviços, bem como a Educação Permanente, que pontua a contínua formação e qualificação dos trabalhadores, mediada pela análise, reflexão e problematização das experiências e práticas realizadas no cotidiano de trabalho.

2.1 Abordagem sobre educação permanente no SUAS

Entendendo a relevância do tema, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para verificar como a temática vem sendo abordada dentro da categoria. Portanto foi realizada uma pesquisa nas revistas *Temporalis* e *Serviço Social & Sociedade* com a leitura atenta dos sumários, e uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES onde foi utilizado o descritor “educação permanente” dessa forma foi possível obter um resultado sobre o tema específico da pesquisa.

Além do descritor “educação permanente”, foram utilizados filtros de pesquisa, ou seja, os critérios utilizados para localização do descritor, para isso foi utilizado: (a) tipo: Teses e Dissertações; (b) Ano: 2013 a 2019; (c) Grande área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas; (d) Área de conhecimento: Serviço Social e Serviço Social Aplicado; (e) Área de avaliação: Serviço Social. Dessa forma foi possível chegar ao número de 775 resultados, no qual 6 deles, 4 dissertações e 2 teses, abordavam a temática da Educação Permanente no SUAS (Apêndice A – Quadro de Resultados da Pesquisa).

Já nas revistas, não foram encontradas publicações que abordavam a temática do período pesquisado. Aqui já percebemos um dado importante, visto que, em 6 anos decorridos desde a criação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS, o tema Educação Permanente no SUAS foi pouco

priorizado nos debates presentes nas produções das revistas. Analisando os resultados quantitativamente no Portal de teses e dissertações CAPES, apenas 0,77% do material encontrado versava sobre Educação Permanente no SUAS, ou seja, menos de 1% do material encontrado era referente à Educação Permanente no SUAS.

Após a realização da leitura atenta do material encontrado, foi possível categorizar o mesmo em três diferentes categorias, sendo elas: Capacitação do Trabalho, Gestão do Trabalho, e por fim, a Precarização do Trabalho. Ou seja, a partir dos pontos em comum encontrados entre as escritas, foi realizado o agrupamento dos textos dentro de conceitos capazes de abranger o que foi mencionado nas produções. Conforme Minayo:

A palavra categoria, em geral, se refere a um conceito que abrange elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si. Essa palavra está ligada à ideia de classe ou série. As categorias são empregadas para se estabelecer classificações. Nesse sentido, trabalhar com elas significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso. Esse tipo de procedimento, de um modo geral, pode ser utilizado em qualquer tipo de análise em pesquisa qualitativa (MINAYO, 2001, p. 70).

Dessa forma, após categorizarmos os achados da pesquisa é necessário analisarmos tais categorias, compreendendo seus conceitos e considerações frente a objeto central do estudo.

Diariamente desafios são postos aos trabalhadores do SUAS, que buscam dentro de sua rotina de trabalho, operar e consolidar a política de assistência social. A capacitação do trabalho torna-se, portanto, cada vez mais emergente e necessária para dar conta das demandas com as quais esses trabalhadores se defrontam durante o cotidiano de trabalho, pois como já vimos, a capacitação do trabalho é uma das questões de fundamental importância para a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Salienta-se nesta categoria a importância de se averiguar as principais demandas para a capacitação dos/as profissionais da Política de Assistência Social, relativo ao desenvolvimento do trabalho nos diversos níveis de proteção; a percepção e o debate sobre a existência da precarização do trabalho, verificado por meio de contratos temporários, equipes extremamente

reduzidas para atender a demanda dos territórios, e a importância da educação permanente como estratégia de transformação no campo sócio ocupacional, na atuação dos trabalhadores, como também na vida dos/as usuários/as do SUAS.

A gestão do trabalho tem extrema relevância para a Assistência Social, uma vez que, é um componente central na consolidação do SUAS. Sendo assim, compreende-se que a:

Gestão do Trabalho se configura como área de abrangência que vai tratar do Trabalho e dos Trabalhadores com o propósito de produzir e disseminar conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades, potencialidades e competências técnicas, éticas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública. (BRASIL, 2011, p. 10).

Ou seja, falar sobre gestão do trabalho é reafirmar o compromisso com a consolidação dos direitos socioassistenciais, que busca superar com o paradigma do assistencialismo e paternalismo que estiveram inscritas historicamente nas políticas de proteção social brasileira e que infelizmente ainda se mostra presente. Ademais, é importante pontuar que a gestão do trabalho, trazida aqui é contrária aos processos gerenciais de controle, que busca adequar indivíduos à funções, mas sim pensando em processos unificados e construídos de forma coletiva, obedecendo as diretrizes de participação democrática e de processos que ampliem e qualifiquem os direitos dos/as usuários/as e dos/as trabalhadores/as.

Destaca-se a necessidade de articulação da PNEP-SUAS e os processos de gestão do trabalho no âmbito do SUAS, pois ambas tratam sobre a desprecarização do trabalho e valorização dos trabalhadores, bem como, a qualificação dos serviços ofertados. Portanto, encontramos um elo entre as temáticas, pois falar sobre educação permanente é falar sobre gestão do trabalho, e essa ligação torna-se evidente ao ver que ambos são pontuados como objetivos a serem alcançados, conforme consta na Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011 que alterou a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dispõe sobre a organização da Assistência Social:

Art 6º: A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas), com os seguintes objetivos:

V - Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; (BRASIL, 2011).

Uma das agendas mais pertinentes para o debate dentro da gestão do trabalho do SUAS é a precarização do trabalho, que cada vez mais, com o avanço do capital vem atingindo os trabalhadores de forma avassaladora. Conforme Araújo e Moraes (2017):

[...] o emprego precário é produto das transformações promovidas pelo modelo de acumulação flexível, e que decorre da atribuição de status de empregos socialmente reconhecidos a trabalhos marginalizados, desamparados quanto a benefícios de toda sorte. O emprego precarizado, por esse viés, caracteriza-se, sobretudo, pela instabilidade, desproteção legislativa e flexibilização contratual (ARAÚJO, MORAIS, 2017 p.06).

Portanto, mais do que mencionar os sucessivos cortes realizados na política de Assistência Social, tendo em vista o contexto que vivenciamos de flexibilização e terceirização do trabalho, é inegável que a Assistência Social, assim como as demais políticas que compõem o tripé da seguridade social têm sido afetadas pelas mudanças no mundo do trabalho, modificando seus vínculos empregatícios e dando condições cada vez mais precárias aos trabalhadores em seu meio laboral, e logicamente, essas alterações refletem diretamente na qualidade dos serviços prestados.

Destaca-se também que a precarização não se resume apenas aos vínculos de trabalho, mas a outros fatores como baixos salários, falta de materiais ou instalações físicas adequadas, falta de pessoal, trabalhadores sobrecarregados com tarefas e intensificação de processos de trabalho, tornando-os mecânicos e burocráticos, além da falta de qualificação/capacitação profissional.

Portanto, destaca-se que foi possível identificar produções existentes na área do Serviço Social sobre educação permanente na Política de Assistência Social. Através dessas produções, é possível evidenciar a necessidade de fortalecimento das redes de proteção social, visando o aprimoramento da gestão do SUAS, somando esforços para qualificar os processos de trabalho,

tendo a Educação Permanente como ferramenta essencial para a capacitação dos trabalhadores, bem como, pautando a precarização do trabalho como um processo fortemente presente na atual conjuntura.

3. EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL NO NAR LESTE

Durante a realização do estágio obrigatório, por meio do contato com trabalhadores e participação em reuniões e palestras, foi perceptível o pensamento conservador presente no cotidiano de trabalho, resquício do processo histórico de formação do acolhimento institucional. Entretanto, em contraponto percebia-se também, a existência da vontade de mudar práticas com viés “menorista” presentes na rotina da instituição. E foi com base nessas expressões da questão social em que o projeto de intervenção de estágio foi criado. Através do desejo da Equipe Técnica do NAR em criar um projeto em que tivessem um momento de debate e reflexão sobre as ações tomadas no cotidiano de trabalho, como também, de trabalhar a questão da interdisciplinaridade na equipe. Desta forma, chegou-se à criação do Projeto de Educação Permanente no Núcleo de Abrigos Residenciais Leste (NAR Leste). Salienta-se aqui as expressões da questão social não pelo viés da pauperização como comumente é abordada, mas sim através dos processos de resistência criados pelos/as trabalhadores/as. Conforme Iamamoto:

Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”. IAMAMOTO (1997, p. 14).

Compreendendo o significado da EP, bem como, os objetivos e diretrizes postos da PNEP-SUAS, através do projeto se instituiu junto à equipe, um espaço de reflexão sobre o cotidiano de trabalho no acolhimento institucional, tratando as especificidades encontradas no NAR Leste. Buscava-

se dessa forma, romper com práticas históricas pautadas pelo assistencialismo, clientelismo e preconceito, traçando um caminho para a instituição de práticas alicerçadas em valores, éticos, políticos e profissionais visando ações democráticas e participativas, garantindo direitos mencionados na Constituição.

O objetivo central do projeto de intervenção era proporcionar aos trabalhadores conhecimentos acerca de temáticas relevantes ao cotidiano de trabalho, com vistas a qualificar os processos de trabalho. Para isso, foram planejadas uma série de encontros, cujo o objetivo era debater temáticas apontadas pelos próprios trabalhadores como relevante ao seu cotidiano de trabalho.

Quanto a metodologia utilizada, foi pensado no formato de oficinas, que conforme posto por Afonso (2002), é um trabalho realizado com grupos, no qual se focaliza em uma temática que será discutida, tendo como base as vivências de cada participante, ou seja, o objetivo central é proporcionar aos trabalhadores um espaço de construção de conhecimentos e de participação ativa em suas ações.

A “oficina” é um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional, mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. [...] Ela usa informação e reflexão, mas se distingue de um projeto apenas pedagógico, porque trabalha também com significados afetivos e as vivências relacionadas com o tema discutido (AFONSO, 2002 p. 11).

Assim, como destacado na Política Nacional de Educação Permanente no SUAS com o princípio da Aprendizagem significativa, preconizou-se as vivências e protagonismo dos trabalhadores, permitindo a relação direta entre o conteúdo exposto e o cotidiano do trabalho.

O processo de ensino e aprendizagem assim estruturados contribuirá para a formação no SUAS de uma cultura de aprendizado permanente no trabalho e por meio das experiências nele vivenciadas. Cultura essa que se encontra no cerne da perspectiva político-pedagógica da Educação Permanente e que é de fundamental importância na promoção da melhoria contínua da qualidade da gestão do SUAS e da

oferta de serviços e benefícios socioassistenciais (BRASIL, 2013 p.37).

Essa participação ativa dos trabalhadores era perceptível não só durante as oficinas, mas também durante o processo de construção e de tomada de decisão dos rumos do projeto, uma vez que, nada era pensado sem ter uma avaliação dos trabalhadores, o que contribuiu para o bom funcionamento do projeto. As avaliações eram realizadas a cada oficina, sendo capazes de proporcionar o retorno sobre as ações realizadas e, evidenciar dados que permitiram verificação da efetividade do que foi proposto, bem como, oportunizando o aprimoramento e correção das ações. Visto isso, projeto possuía diferentes maneiras de avaliação, sendo elas: A) Formulário de Avaliação da instituição (FPERGS) (ANEXO II – Formulário de Avaliação), que possui questões fechadas e objetivas sobre a relevância do tema, aproveitamento individual, aplicabilidade no cotidiano de trabalho, entre outras questões, e ainda, um espaço aberto a sugestões e críticas. B) Avaliação Oral, que ocorria ao final de toda oficina, em um espaço aberto para aos participantes trazerem suas percepções, apontamentos, dúvidas e até mesmo sentimento frente ao que foi debatido no dia, e ocorria de forma voluntária. C) Avaliação da Equipe Técnica, essa avaliação ocorria nas reuniões de Equipe Técnica e/ou reuniões técnico-administrativas, onde era pautado o projeto sendo debatido os resultados da última oficina e planejamento das próximas.

Sobre as oficinas do projeto, ao todo foram realizados 8 encontros entre os meses de abril e dezembro de 2019, onde foram debatidos diferentes temas, como disciplina positiva, desafios e possibilidades em situações conflituosas, terapia comunitária e integrativa, juventude e suas potencialidades, SUAS e relações raciais, gênero e sexualidade, desenvolvimento na primeira infância e uma avaliação com as reflexões e perspectivas para 2020 (Apêndice B – Cartazes de divulgação das oficinas do projeto de educação permanente no NAR Leste). Em cada oficina havia a presença de um ou mais facilitadores, que eram referências dos assuntos abordados e encarregados de apresentar a temática. A partir das temáticas citadas anteriormente, para breve exposição dos debates realizados durante as oficinas, os encontros foram divididos em

eixos temáticos como: questões raciais, de gênero e sexualidade; infância e juventude e saúde do trabalhador.

No eixo questões raciais, de gênero e sexualidade houve a presença de duas psicólogas negras como facilitadoras para abordar as temáticas com os trabalhadores. Apesar que haverem falas irrefletidas sobre as temáticas, o debate foi muito rico ao ponto que mostrou que trabalhadores têm consciência de sua branquitude e de seus privilégios, mostrando-se bastante questionadores quanto as formas de oportunizar espaços de interação e contato dos acolhidos com a cultura negra, por exemplo.

Outro ponto relevante na discussão foi a importância da educação sexual como uma medida de proteção, ao passo que crianças e adolescentes aprendem a identificar o que é um abuso, o que é carinho, o que não podem fazer com seu corpo, assim como proteger-se contra doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Foram também realizados estudos de caso, e abordadas questões de como referir-se as pessoas, as diferenças entre as travestis, transexual, transgênero, dragqueen, o que é a comunidade LGBTQIA+ ¹, bem como, maneiras de colaborar e orientar nas questões referente ao tema com os/as acolhidos/as.

O segundo eixo é infância e juventude, nele foi debatido a importância do meio em que vivemos para o nosso desenvolvimento, bem como, o quanto os primeiros 3 anos de vida são relevantes para bebê, visto que, nessa fase o processo de aprendizado é mais intenso. Salientou-se a importância da afetividade para um desenvolvimento saudável, bem como, a valoração do que a criança sabe fazer de melhor, que é criar e brincar.

Quanto a juventude, é apontado que a adolescência é a fase em que duvidamos daquilo que nos é posto, é um momento de se reinventar, de testar, a fase em que realizamos a passagem do familiar para o social. É pontuado que nesse período devemos proporcionar aos nossos adolescentes o protagonismo de sua fala e que possamos dialogar sem impor ideais. Questões

¹ LGBTQIA+ = Lésbica, gays, transsexuais ou transgêneros, queer, intersexo, assexuado e símbolo + abriga todas as diversidades de orientação de sexual e/ou identidade de gênero existente.

políticas também foram abordadas no debate, onde destaca-se que o período em que vivemos é extremamente marcado por retrocessos, principalmente no campo das políticas sociais, e o quanto isso reflete ativamente na sociedade em que nos encontramos hoje, principalmente dentro dos abrigos e na vida desses que estão presentes nesses serviços.

No eixo saúde do trabalhador é a notória presença de um sentimento de incapacidade, cansaço e esgotamento que alguns trabalhadores apresentam no cotidiano de trabalho. Durante o debate foram trazidas questões como o fechamento dos AR's e a falta de engajamento dos funcionários para impedir esse processo, sobre a passividade e conformismo frente algumas questões do cotidiano, o trabalho em equipe e às vezes a falta de comunicação desta, criação de espaços de comunicação, o compartilhamento de soluções, a presença de uma lógica retributiva onde busca-se sempre achar culpados e não focar na solução do problema e o sentimento de desamparo que muitos mencionam ter. Também é perceptível no grupo algumas questões como a falta de escuta do outro, do cuidado consigo e para com o colega, uma cobrança seja dos órgãos superiores ou entre a própria equipe, bem como, o choque de gerações e saberes que se apresentam dentro da equipe de trabalhadores, e os conhecidos ruídos de comunicação que muitas vezes geram mal entendido.

Durante a realização das oficinas era muito evidente a necessidade dos trabalhadores em expressar suas preocupações e sentimentos quanto as rotinas e alinhamento do trabalho, bem como, de um espaço em que fosse possível enxergar a si e aos colegas apontando suas demandas, suas divergências e pontos de vista frente ao cotidiano de trabalho. Outro ponto muito mencionado foi a preocupação com o aumento demasiado da violência, não só pensando na sociedade como um todo, mas nos reflexos dessa violência dentro das casas com as crianças, adolescentes e adultos acolhidos.

No decurso da realização do projeto, tivemos a participação de trabalhadores de praticamente todos os níveis hierárquicos do quadro funcional do NAR Leste. Participaram do projeto os membros da Equipe Técnica, estagiárias, agentes educadores, cozinheiros, técnicas de enfermagem, chefes

de equipe, auxiliar de serviços gerais e direção. Desses trabalhadores, 12 estiveram presentes em 75% das oficinas. Ou seja, participaram de 6 oficinas ou mais. Ao todo foram 173 presenças nas oficinas, com 55 trabalhadores diferentes. No início do projeto o NAR Leste possuía 75 trabalhadores em seu quadro funcional, ao longo da aplicação do projeto esse número modificou-se. Entretanto, a meta era alcançar 40% dos trabalhadores, ou seja, a participação de 30 trabalhadores diferentes, ao fim do projeto a porcentagem alcançada foi de 73% dos trabalhadores, isto é, 33% acima do esperado.

As atividades e debates propostos nas oficinas colaboraram para a trazer à tona uma série de questões que necessitavam ser abordadas e debatidas pela equipe, porém mais do que isso, trouxe a oportunidade de dar novos olhares as rotinas de trabalho, uma vez que, a partir de cada temática percebia-se pontos positivos, negativos e outras perspectivas a serem praticadas.

Portanto, destaca-se aqui que o debate sobre Educação Permanente no Acolhimento Institucional tem grande relevância, uma vez que, proporcionou aos trabalhadores momentos reflexivos importantes ao cotidiano de trabalho. Onde mais do que trazer teorias para serem expostas aos trabalhadores, durante o projeto foi preconizado as vivências de cada um, tornando assim o processo de aprendizagem ainda mais significativo. Desta forma, salienta-se que os espaços de educação não se limitam as paredes de uma sala de aula, mas sim de pessoas interessadas em compartilhar ensinamentos e acima de tudo, aprender, refletir e transformar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de Educação Permanente no Serviço de Acolhimento Institucional vem viabilizando um espaço de reflexão, socialização e construção de conhecimentos acerca de temáticas relevantes ao cotidiano de trabalho. Nesse sentido, os processos de aprendizagem possibilitaram o fortalecimento dos trabalhadores, que resistem aos processos de precarização das políticas sociais. Foi perceptível que as experiências de implementação dos processos de EP, geraram impactos e ressignificaram os espaços de formação no

ambiente de trabalho, que pautado pela aprendizagem significativa, contou a colaboração e participação de profissionais de diferentes níveis hierárquicos.

Salienta-se também que a experiência de implementação da EP no cotidiano de trabalho no acolhimento institucional foi bem sucedida ao passo que, mesmo com a finalização do projeto de intervenção do estágio obrigatório em Serviço Social, os/as trabalhadores/as vem se organizando para manter a realização das oficinas de Educação Permanente, ou seja, os/as trabalhadores/as institucionalizaram o projeto, por compreender sua relevância e apresentar resultados significativos para o trabalho. E apesar das adversidades presentes com a pandemia do COVID-19, as oficinas continuaram ocorrendo de maneira virtual durante o ano de 2020. Mais uma vez comprovando que é uma estratégia de resistência dos trabalhadores frente as dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho.

Em tempos de precarização, falar sobre educação permanente é contribuir para a ampliação, manutenção e conscientização sobre a defesa intransigente dos direitos e políticas sociais, que de forma recorrente, são atacados por um governo de postura conservadora que diariamente cria de propostas que incidem no desmonte das políticas sociais. Foi possível ao longo das aproximações com o tema, bem como, as diversas vivências de estágio, compreender o quão relevante é o debate sobre Educação Permanente no SUAS, uma vez que, a EP tem a importante tarefa de colaborar na qualificação dos serviços socioassistenciais.

Quanto ao debate presente na categoria, é importante destacar que ainda é escasso, mas que durante a pesquisa foram encontradas publicações relevantes acerca do objeto de estudo deste trabalho. Destaca-se também as interlocuções presentes entre a Educação Permanente e o Serviço Social, visto que, entendendo que as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são indissociáveis, a Educação Permanente demonstra a necessidade dos(as) profissionais estarem preparados(as) intelectualmente para atender as demandas que se apresentam no cotidiano de trabalho, não pensando em problemas, mas sim em novas formas de enfrentar os desafios postos no cotidiano dos trabalhadores e dos usuários das políticas sociais, Ou

seja, possibilita que os/as trabalhadores/as continuem estudando, qualificando e aprimorando suas técnicas profissionais acarretando numa melhor intervenção em sua área de trabalho. Conforme posto no 10º princípio do Código de Ética do/a Assistente Social: “X – Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.”. Portanto, percebe-se que a EP surge como estratégia de planejamento de ações para intervenção, na apreensão da realidade, bem como, na construção de instrumentos avaliativos do trabalho realizado, buscando através da EP debater, problematizar e refletir sobre as práticas realizadas no cotidiano de trabalho.

Destaca-se também que os objetivos propostos na pesquisa foram alcançados, visto que, foi possível analisar como se constituem os processos de educação permanente no serviço de acolhimento institucional e suas repercussões para o trabalho dos/as profissionais, com vistas a compreender a contribuição da educação permanente no cotidiano de trabalho. Ou seja, ao longo do texto foi perceptível que os processos de EP corroboraram para uma melhor comunicação da equipe, uma vez que, foi proporcionado um espaço para que os mesmos pudessem, a partir de diversas temáticas, debater e refletir sobre as ações presentes no cotidiano de trabalho. Além disso, o quantitativo de participações dos/as trabalhadores/as nas oficinas demonstra o quanto o espaço tornou-se significativo.

Ademais, salienta-se a importância da pesquisa e estudo sobre a Educação Permanente no SUAS, pautando a relevância da mesma não só no serviço de Acolhimento Institucional, mas também nos demais serviços que compõem o Sistema Único de Assistência Social. Enquanto sugestão de pesquisa, nota-se a necessidade de analisar a compreensão dos/as trabalhadores/as sobre o que é educação permanente e as repercussões para o seu cotidiano de trabalho, assim, fomentando ainda mais o debate sobre a temática.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lúcia. (org). **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é Trabalho**. 6. ed. 1994. São Paulo. Editora Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos).

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO, M. R. M. de; MORAIS, K. R. S. de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v20i1p1-13. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/149091>. Acesso em: 1 nov. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70^o ed, 1977.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos ontológicos**. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2005.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília: 2005.

_____ **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1^a ed. – Brasília: MDS, 2013, 63p.**

_____ Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html Acesso em: 30 out. 2020

_____ Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 16 set. 2020

_____ Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.

_____ Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011.

_____ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial**. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____ **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 2014. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020

_____ **Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017**. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). [S. /], 22 nov. 2017.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos NOB/RH**. Brasília, 2012.

CNAS, Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 109/2009 que regulamente a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais** Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020

CNJ, Conselho Nacional de Justiça - CNA, **Cadastro Nacional de Adoção, Relatórios Estatísticos**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>>. Acesso em: 18 nov. 2019

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **LEI nº 11.800, de 28 de maio de 2002**. Dispõe sobre execução de medidas sócio-educativas de internação e de semiliberdade, dando nova redação à Lei nº 5.747 de 17 de janeiro de 1969, e autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação de Proteção Especial do Rio

Grande do Sul voltada à execução das medidas de proteção da criança e do adolescente. 28 maio 2002.

FERNANDES, Rosa M. Castilhos. (2016). **Educação Permanente e Políticas Sociais**. Campinas-SP: Papel Social

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. **Educação permanente: um desafio para o Serviço Social**. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.207-218, jan. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/1055/3241>.

Acesso em: 21 abr. 2019

FORTUNATO, Valquiria Quintanilha. **A educação permanente como estratégia de mediação no trabalho do/a assistente social no SUAS**. 2018. 90 f.

FPERGS, Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul. Secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **Quem Somos?** Disponível em: <https://www.fpe.rs.gov.br/quem-somos> Acesso em: 12 nov. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katálysis, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004>. Acesso em: 28 ago. 2019

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENEGHEL, Marina El Hajjar; FONSECA, Laura Souza. **Observatório do trabalho e dos direitos do infante juvenil e as emergências do campo: a dupla face do trabalho, a rede invisível, a dupla violação de direitos e a violência do Estado**. In: FONSECA, Laura Souza; HUMANA, Grupo Trabalho

e Formação. Trabalho, Formação de Trabalhadores e Lutas Sociais no Campo da Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente. Porto Alegre: Ufrgs, 2017. p. 145-158.

PRATES, Jane Cruz. **Serviço Social e Pesquisa: O método marxiano de investigação e o enfoque misto**. 2012. p 1-13. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/7985/2/O_metodo_marxiano_de_investigacao_e_o_enfoque_misto_na_pesquisa_social_uma_relacao_necessaria.pdf. Acesso em: 30 ago. 2019

RIZZINI, Irene; RIZZIN, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente** - Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Disponível em: http://www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf. Acesso em: 29 set. 2019

SANTOS, Ana Maria Augusta dos. **Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: mudanças na história brasileira**. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais – CRESS/MG, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/ACOLHIMENTO%20INSTITUCIONAL%20DE%20CRIAN%20C3%87AS%20E%20ADOLESCENTES%20MUDAN%20C3%87AS%20NA%20HIST%20RIA%20BRASILEIRA.pdf> Acesso em: 20 set. 2019

SPERB, Paula. **Governo do RS fecha cinco abrigos para crianças e jovens em Porto Alegre**. 2015. FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1701919-governo-do-rs-fecha-cinco-abrigos-para-criancas-e-jovens-em-porto-alegre.shtml>. Acesso em: 30 out. 2020

TELES, Vera da Silva. Questão Social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **O abandono de crianças ou a negação do óbvio**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, p. 35-58, set. 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 27 out. 2020. Acesso em: 30. Out. 2020

ANEXO I

Resolução nº 008/2002: Organograma Institucional

1. Direção-Geral:
 - a. Presidência;
 - b. Diretoria Administrativa;
 - c. Diretoria Técnica;
 - d. Diretoria de Qualificação Profissional e Cidadania.
2. Órgão Consultivo
 - a. Conselho Fiscal
3. Órgão de Assistência e Assessoramento Direto e imediato à Direção-Geral
 - a. Assessoria Jurídica
4. Órgão de Assistência e Assessoramento Direto e imediato à Presidência
 - a. Assessoria
5. Órgão de Execução e Apoio Administrativo
 - a. Diretoria Administrativa
 - i. Assessoria
 1. Coordenação de Administração de Serviços Operacionais:
 - a. Núcleo de Protocolo
 - b. Núcleo de Informática
 - c. Núcleo de manutenção e engenharia
 2. Coordenação de Administração Financeira
 - a. Núcleo de Contabilidade
 - b. Núcleo de Prestação de contas
 - c. Núcleo Financeiro
 3. Coordenação de Administração de Materiais
 - a. Núcleo de Compras
 - b. Núcleo de Almoxarifado
 - c. Núcleo de Patrimônio

4. Comissão de Licitações e Pregões
- b. Diretoria de Qualificação Profissional
 - i. Assessoria
 1. Coordenação de Qualificação Profissional
 - a. Núcleo de Qualificação Profissional
 - b. Núcleo de Saúde e Segurança do Trabalhador
 2. Coordenação de Administração de Recursos Humanos
 - a. Núcleo de Benefícios
 - b. Núcleo de folha de pagamento
 - c. Núcleo de Registro e Acompanhamento de Pessoal
 - c. Diretoria Técnica
 - i. Assessoria
 1. Coordenação de Apoio Estratégico
 - a. Núcleo de Ingresso e Documentação
 - b. Núcleo de Pesquisa, monitoramento e avaliação
 2. Coordenação de Acompanhamento e Supervisão
 - a. Núcleo de Supervisão Institucional
 - b. Núcleo de Supervisão Setorial
 - c. Núcleo de Inserção Social- 6. Equipes Operacionais
 - a. Abrigos
 - b. Centros Sociais.

ANEXO II

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

Nome (opcional):
Atividade de Qualificação Profissional:
Data da Avaliação:

Utilize os parâmetros de avaliação abaixo para indicar o grau que melhor traduz sua percepção sobre a adequação de cada item avaliado, marcando com "X"

REAÇÃO	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não se aplica
1. Palestrantes					
2. Conteúdo Programático					
3. Material Didático					
4. Carga Horária					
5. Infraestrutura (local, recurso audiovisuais e tecnológicos, climatização, limpeza).					
6. Organização					
7. Aproveitamento Individual					

EXPECTATIVAS	Acima do esperado	Atendeu	Atendeu em parte	Não atendeu
8. A atividade de qualificação profissional atendeu as expectativas				

APLICAÇÃO	Bastante aplicável	Aplicável	Pouco aplicável	Não aplicável
9. O conteúdo apresentado tem aplicação no seu dia a dia funcional				

NOTA	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1
10. Que nota você dá para a atividade educacional?										

Você tem interesse de continuar a falar desse assunto? () Sim () Não

UTILIZE O ESPAÇO ABAIXO PARA CRÍTICAS E SUGESTÕES:

APÊNDICE A

QUADRO DE RESULTADOS DA PESQUISA

Fontes de pesquisa: Serviço Social & Sociedade, Temporalis e Catálogo de teses e dissertações CAPES.

Período: de 2013 a 2019

Descritor e Filtros do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES:

Descritor: Educação Permanente

Tipo: Teses e Dissertações; Ano: 2013 a 2019;

Grande área de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas;

Área de conhecimento: Serviço Social e Serviço Social Aplicado;

Área de avaliação: Serviço Social.

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES - DISSERTAÇÕES	
01	<p>ANO: 2017</p> <p>AUTOR (A): RENATA MARIA DA CONCEICAO DE FREITAS</p> <p>TÍTULO: A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA TRABALHADORES DO SUAS Limites, possibilidades e perspectivas</p> <p>INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DE BRASILIA - UNB</p>
	<p>RESUMO: Esta dissertação propõe-se a analisar a Política Nacional de Educação Permanente para os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social - PNEP/SUAS, com foco nos limites e perspectivas de sua implementação. Diante da natureza complexa da temática, foi delimitado um recorte temporal da pesquisa, demarcando o período de constituição da Política Nacional de Assistência Social – PNAS em 2004, até a divulgação do Censo do Sistema Único de Assistência Social realizado em 2015. Em meio a um contexto marcado pela precarização do trabalho em todo o país e com graves conseqüências para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), busca contribuir para o debate sobre as reais condições de trabalho, formação e capacitação visando o alcance da qualidade da gestão, do provimento dos serviços, benefícios socioassistenciais. Esta pesquisa tem como objetivos específicos compreender como a PNEP/SUAS está sendo efetivada e identificar as dificuldades, considerando as contradições postas na ordem capitalista; analisar quais aspectos desta política foram executados e suas repercussões. Considerando esses objetivos, a construção do marco teórico em torno deste objeto proposto ficou delimitado aos temas de educação permanente, política de assistência social, condições e mudanças de trabalho no capitalismo e constituição do SUAS. Podemos dividir este trabalho em cinco operações</p>

		<p>metodológicas: (1) revisão de literatura; (2) pesquisa exploratória com perguntas a serem respondidas; (3) definição do objeto e objetivos (4) definição dos indicadores para análise da política; (5) definição da descrição e interpretação da política nacional de educação permanente. Nessa divisão de operações metodológicas foi necessário definir quais indicadores seriam mais adequados para a análise da PNEP/SUAS, sendo o (1º) vínculo formal, já que objetivamos conhecer aproximadamente as condições de trabalho no âmbito do SUAS; (2º) nível de formação, para compreender como está disposta a formação acadêmica considerando o quadro de trabalhadores do SUAS; (3º) apresentação das particularidades regionais, pois esse indicador possibilita mapear as áreas que possuem mais fragilidades em relação ao quadro de trabalhadores que não tiveram acesso a educação permanente ofertada pela política. Entre os achados de pesquisa está a concepção da educação permanente enquanto dimensão ética e política para o aprimoramento das ações no campo da proteção social no Brasil em um momento no qual o receituário neoliberal impõe um sistemático ataque aos direitos sociais dos trabalhadores e dos usuários do SUAS. No seio das correlações de força e no embate para entre o atual MDSA e os estados da federação, surge uma proposta de pacto federativo para a implementação do programa CapacitaSUAS que coloca essa iniciativa como fundamental para a estratégia de organizar e planejar as ações de formação e capacitação previstas pelo programa. Porém, a implementação da PNEP enfrenta as condições estruturais das flexibilizações do trabalho, as terceirizações e a constituição de relações de trabalho com base em vínculos precários, alta rotatividade que impacta o programa e a prestação dos serviços e benefícios socioassistenciais, em um cenário de crescente precarização das condições de trabalho do conjunto dos trabalhadores.</p>
02	<p>ANO: 2017 AUTOR (A): ROBERTA DE PAULO BATISTA TÍTULO: Educação permanente: um desafio para os programas de capacitação da assistência social nos municípios do Alto Tietê/SP INSTITUIÇÃO: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO</p>	<p>RESUMO: Esta pesquisa tem por objetivo analisar os programas de capacitação da Assistência Social na região do Alto Tietê/SP. Parte-se da hipótese de que os programas de capacitação são uma forma de materialização da proposta de educação permanente para os trabalhadores do SUAS. Neste sentido, os esforços de capacitação, atualização profissional e educação continuada avançam na intencionalidade de impacto da atuação profissional. Isso provoca diversas transformações no campo sócio-ocupacional, na atuação cotidiana do profissional e, conseqüentemente, na PNAS e na vida dos usuários do SUAS. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, que se fez necessária para embasamento das reflexões históricas, teóricas e filosóficas acerca da história da educação no Brasil e das reflexões sobre a temática da educação permanente no Serviço Social. Assim, a pesquisa</p>

		<p>bibliográfica foi embasada em autores renomados na área de concentração sobre o tema educação permanente. Para atingir os objetivos elencados, a abordagem escolhida tem a pesquisa qualitativa como base teórico- metodológica. A pesquisa de campo foi feita nos municípios da região do Alto Tietê/SP para o levantamento de todas as informações necessárias, tanto no que tange a dados quantitativos de efetividade do projeto, quanto aos qualitativos. A proposta metodológica foi desenvolvida em quatro fases: exploratória, pesquisa de campo, análise dos dados e considerações finais, podendo ser alteradas conforme indicação do orientador. A dissertação seguirá a seguinte estrutura: capítulo um e capítulo dois. No capítulo um foram explanadas contextualizações acerca da evolução da educação no Brasil. Foram discutidas também a educação permanente no Brasil e a influência da Política Nacional de Saúde para o Processo de Educação Permanente na Assistência Social, capacitação em questão e os rumos da Educação Permanente no Brasil. No segundo capítulo abordamos o Serviço Social, a Política de Educação Permanente no SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e aspectos importantes juntamente com nossa pesquisa de campo e os resultados obtidos</p>
03	<p>ANO: 2018 AUTOR (A): FABIOLA MOREIRA LOPES TÍTULO: Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social – SUAS: contradições, desafios e perspectivas a sua implementação INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE</p>	<p>RESUMO: A dissertação apresentada objetivou realizar uma pesquisa bibliográfica sobre os trabalhos acadêmicos que analisam experiências em torno da educação permanente para os trabalhadores inseridos na área da assistência social. Em um primeiro momento, com base em estudo bibliográfico, realizamos uma breve contextualização de como se estabeleceu o sistema de Seguridade Social brasileiro, com foco na política de assistência social constituída em um país de formação capitalista dependente. Discorremos então sobre a importância da intervenção do Estado capitalista por meio de ações, programas e projetos governamentais, apontando a dialética que compõe as políticas sociais brasileiras associadas a um contexto mais amplo de produção e reprodução capitalista. Buscamos apontar, ainda, aspectos da interface entre trabalho e assistência social, a fim de compreender a relação desta política com a dinâmica da reprodução de vida das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora. Por fim, em um terceiro momento, realizamos pesquisa bibliográfica dos trabalhos acadêmicos (tese, dissertações e trabalhos apresentados em eventos) que relatam experiências de educação permanente no Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Como resultados, chegamos ao levantamento e análise de 12 trabalhos, entre teses, dissertações e trabalhos apresentados em eventos, constatando ainda a necessidade de acompanhamento e balanços locais, regionais e nacional sobre a implementação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS - PNEP/SUAS. Como conclusões</p>

		<p>parciais do presente estudo, indicamos, frente às experiências relatadas, a necessidade de defendermos a educação permanente como uma estratégia que pode vir a proporcionar melhorias na qualidade dos serviços prestados à população usuária, sem considerá-la como uma panaceia para a melhoria do SUAS, bem como, a necessidade de alocação de recursos públicos para a efetivação do SUAS em sua plenitude.</p>
04	<p>ANO: 2018 AUTOR (A): DANIELLE DA SILVA BARBOSA TÍTULO: EDUCAÇÃO PERMANENTE E GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: estudo das demandas de capacitação profissional em Manaus – AM INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS</p>	<p>RESUMO: Este estudo trata a temática da gestão de política social pública, com foco específico no processo de gestão do trabalho e educação permanente no âmbito da política de Assistência Social brasileira. A proposição do objeto deste estudo partiu do entendimento de que era preciso realizar uma reflexão sobre a necessidade de articulação dos pressupostos da Política Nacional de Educação Permanente (PNEP/SUAS) nos processos de Gestão do Trabalho no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O estudo teve como objetivo geral analisar as principais demandas de capacitação dos profissionais da Assistência Social em Manaus que são relativas ao desenvolvimento do trabalho na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média complexidade). Para alcançar esse objetivo mais amplo foram traçados os seguintes objetivos específicos: 1) Discutir as diretrizes da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente no âmbito do SUAS; 2) Levantar as dificuldades de operacionalização das ações profissionais que são mais prevalentes nos CRAS e CREAS em Manaus; 3) Identificar as principais demandas de capacitação profissional dos trabalhadores dos CRAS e CREAS em Manaus. Em relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida por meios de dois movimentos de levantamento de dados e informações, mediante duas modalidades de pesquisa: a bibliográfica e a documental. A modalidade da pesquisa bibliográfica foi realizada para subsidiar a discussão teórica da pesquisa, em que foram delimitadas as seguintes categorias teóricas: Assistência Social, Gestão do Trabalho e Educação Permanente. Na modalidade da pesquisa documental, a coleta dos dados documentais primários ocorreu na Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas (SEAS), acessando banco de dados existente na Instituição. Já os dados secundários da pesquisa documental se referem às legislações e normativas vigentes do SUAS, em que foram consultados os principais marcos regulatórios da Gestão do Trabalho e da Política de Capacitação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS). Na análise dos dados foi utilizada uma abordagem de natureza quanti qualitativa, a partir da técnica de análise de conteúdo. No que se refere aos resultados, o estudo possibilitou a construção do perfil profissional dos trabalhadores que atuam na assistência social em Manaus,</p>

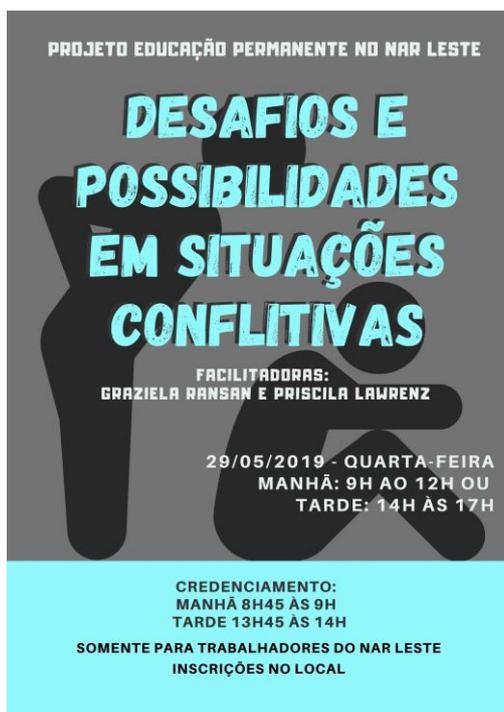
		<p>desvelando as demandas de qualificação profissional nas ações da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média complexidade). Dentre os resultados destaca-se a identificação da reduzida composição das equipes de referência do CRAS e CREAS, e as demandas existentes em relação à gestão do trabalho no âmbito da assistência social em Manaus. Ademais, o estudo trouxe o tema à reflexão, buscou elencar pontos que permitem uma aproximação entre gestão do trabalho e educação permanente, prática que deve ser aprimorada e defendida como alternativa para melhorar as ações desenvolvidas no âmbito da assistência social.</p>
BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES - TESES		
01	<p>ANO: 2015 AUTOR (A): STELA DA SILVA FERREIRA TÍTULO: Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social: gestão democrática para uma ética pública INSTITUIÇÃO: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO</p>	<p>RESUMO: O objeto desse estudo são os nexos entre educação em serviço e trabalho institucional do sistema único de assistência social. As condições históricas e políticas que o tornam possível na primeira década (2005-2015) de implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são apresentadas na introdução. Nela são recuperados processos macro institucionais nos quais a gestão do trabalho e a educação permanente foram pautados (as Conferências Nacionais) e instituídos com a aprovação de normativas de alcance nacional. Também são apresentados ao leitor os referenciais analíticos do método proposto – a pedagogia da problematização (também denominada como aprendizagem baseada em problemas no ensino superior). A sequência dos capítulos demonstra o desenvolvimento do próprio método estudado: inicia-se a partir de situações concretas de trabalho que geram crises e incertezas no ambiente institucional. Em seguida, estimula-se o pensamento crítico referenciado na ética de responsabilidade (ética pública), agregando elementos teórico-metodológicos já existentes, bem como contextualiza-se essas situações na história da assistência social e os projetos éticos e políticos nela em disputa. Finalizando a demonstração do método, o último capítulo volta às experiências concretas para delas extrair pistas e indicações de novos modos de articular educação e trabalho no SUAS, sobretudo pela demanda de produção de novos conhecimentos e estratégias de uso do poder institucional. Os referenciais analíticos que sustentam esta escolha são trazidos somente quando necessário explicitá-los diante das situações concretas apresentadas. Além de ampla pesquisa bibliográfica em diferentes áreas do conhecimento, o estudo vale-se de narrativas de trabalhadores do SUAS produzidas em espaços coletivos: debate público sobre o trabalho social com famílias na região Sudeste, envolvendo profissionais e gestores das esferas federal, estadual e municipal; entrevista coletiva e grupo focal que deram acesso a experiências coletivas em âmbito municipal e regional no estado de São Paulo. Nas considerações finais são explicitados os</p>

		<p>elementos que este estudo pôde acessar e que tem consistência para adensar os nexos entre educação permanente e trabalho no SUAS. Por fim, são destacados dois aportes analíticos: i) a diferenciação entre educação continuada e educação permanente no SUAS e ii) os deslocamentos de poder que o método pode produzir nas relações de saber e poder instituídas na gestão, no cotidiano dos serviços e na atenção direta ao cidadão. Com isso, pretende-se contribuir com a produção de maiores gradientes de construção de autonomia e corresponsabilidade para uma gestão mais democrática do SUAS e à altura do padrão de dignidade inscrito nos direitos dos usuários desta política de proteção social devida pelo Estado brasileiro</p>
02	<p>ANO: 2016 AUTOR (A): MARCIA DE ASSIS COSTA TÍTULO: Educação permanente nas políticas de saúde e assistência social no contexto da precarização do trabalho de assistentes sociais INSTITUIÇÃO: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO</p>	<p>RESUMO: Esta tese analisa a educação permanente de assistentes sociais inseridas/os nas políticas de Saúde e Assistência Social, nos níveis de Atenção Básica e Proteção Social Básica, problematizando como as alterações decorrentes dos processos de reestruturação do aparelho do Estado vêm impactando nas condições de trabalho e exigindo aprimoramento continuado para respostas profissionais qualificadas. No que se refere ao objeto deste estudo, considera-se que a educação permanente é uma dimensão do processo de trabalho e da formação profissional que requer direcionamento político voltado à concretização do projeto ético-político do Serviço Social. Buscou-se entender como a educação permanente dirigida ao atendimento das demandas do mercado de trabalho é confrontada pelas concepções preconizadas nas políticas de educação permanente das áreas estudadas e a do conjunto CFESS/CRESS. Para o desvendamento do objeto da tese, foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental em produções teóricas das áreas de Serviço Social, Educação e Sociologia e o aprofundamento das categorias Trabalho e Educação na interlocução com o processamento do trabalho profissional na esfera pública estatal. Para a coleta de dados, realizou-se pesquisa de natureza qualitativa na forma de entrevistas, com base em roteiro semiestruturado, com 21 assistentes sociais (11 da Saúde e 10 da Assistência Social), de diferentes serviços de Atenção Básica da Saúde e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A análise apontou a estreita relação entre o debate atual sobre a educação permanente e o discurso da empregabilidade, além do pouco conhecimento das/os entrevistadas/os sobre a política de educação permanente das respectivas áreas em que atuam, em um contexto de gestão gerencialista e produtivista, que contribui para a intensificação e precarização do trabalho de assistentes sociais. Conclui-se enfatizando a importância da dimensão política do trabalho e da formação, para que a qualificação profissional esteja em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social</p>

APÊNDICE B
CARTAZES DE DIVULGAÇÃO DAS OFICINAS DO PROJETO DE
EDUCAÇÃO PERMANENTE NO NAR LESTE



Fonte: Elaboração própria



Fonte: Elaboração própria

PROJETO EDUCAÇÃO PERMANENTE DO NAR LESTE

SAVE THE DATE



TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA:
UMA DAS POSSIBILIDADES DE CUIDAR DE QUEM CUIDA
FACILITADORA: ANDRÉA CHARÃO

26/06/2019 - QUARTA-FEIRA
MANHÃ: 9H AO 12H OU
TARDE: 14H ÀS 17H

CRENCIAMENTO:
MANHÃ 8H45 ÀS 9H
TARDE 13H45 ÀS 14H

SOMENTE PARA TRABALHADORES DO NAR LESTE
INSCRIÇÕES NO LOCAL

Fonte: Elaboração própria

PROJETO EDUCAÇÃO PERMANENTE NO NAR
LESTE

**O QUE NOSSOS
ADOLESCENTES SONHAM?:
JUVENTUDES E
POTENCIALIDADES**

24/07/2019 -
QUARTA-FEIRA
MANHÃ: 9H AO
12H OU
TARDE: 14H ÀS
17H

CRENCIAMENTO:
MANHÃ 8H45 ÀS 9H
TARDE 13H45 ÀS 14H
SOMENTE PARA
TRABALHADORES DO
NAR LESTE
INSCRIÇÕES NO LOCAL



Fonte: Elaboração própria

**PROJETO EDUCAÇÃO PERMANENTE
NO NAR LESTE**



**SUAS E RELAÇÕES RACIAIS:
UM OLHAR SOBRE O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

FACILITADORA: Liziane Guedes

**21/08/2019 - QUARTA-FEIRA
MANHÃ: 9H AO 12H OU
TARDE: 14H ÀS 17H**

**CREENCIAMENTO:
MANHÃ 8H45 ÀS 9H - TARDE 13H45 ÀS 14H
SOMENTE PARA TRABALHADORES DO NAR LESTE
INSCRIÇÕES NO LOCAL**




Fonte: Elaboração própria



PROJETO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE NO NAR LESTE

**GÊNERO &
SEXUALIDADE**

Facilitadora: Maíne Prates

**ATENÇÃO, POR CONTA DE
ALGUMAS INTERCORRÊNCIAS A
OFICINA DESTE MÊS OCORRERÁ EM
DOIS DIAS:
QUARTA 25/09 DAS 14H ÀS 17H
E QUINTA 26/09 DAS 09H AO 12H**

CONTAMOS COM SUA PRESENÇA




Fonte: Elaboração própria



PROJETO
EDUCAÇÃO
PERMANENTE
NO NAR LESTE

30/10/19
QUARTA-FEIRA
MANHÃ 9H AO 12H
OU TARDE
14H ÀS 17H

DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Facilitadores: Georgius Esswein e Deise Gessinger

CRENCIAMENTO:
MANHÃ 8H45 ÀS 9H - TARDE 13H45 ÀS 14H
SOMENTE PARA TRABALHADORES DO NAR LESTE
INSCRIÇÕES NO LOCAL



Fonte: Elaboração própria



Projeto Educação
Permanente
no NAR Leste

Sarau do Nar Leste:
reflexões do cotidiano e
perspectivas para 2020

11/12/19 Quarta-feira
Manhã 9h ao 12h
ou Tarde 14h às 17h

CRENCIAMENTO:
MANHÃ 8H45 ÀS 9H - TARDE 13H45 ÀS 14H
SOMENTE PARA TRABALHADORES DO NAR LESTE




Fonte: Elaboração própria